

ESPAÇOS SOCIOPEDAGÓGICOS DOS MEDIADORES SOCIOEDUCATIVOS: REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO REALIZADO EM PORTUGAL

Ana Maria Costa e Silva & Catarina Machado

anasilva@iep.uminho.pt; catarina_m_m@hotmail.com
Universidade do Minho - Braga

Resumo

As práticas de mediação, nomeadamente no domínio socioeducativo, são muito diversificadas incidindo em diferentes domínios pedagógicos e contextos sócio-institucionais.

Um estudo realizado em Portugal, em 2008, junto de mediadores socioeducativos (N=216), permite-nos identificar distintas áreas de intervenção dos mediadores e modos diferentes de perceber os objectivos e os conteúdos da prática de mediação.

A nossa comunicação incidirá sobre a contextualização da mediação no domínio socioeducativo, bem como numa caracterização e reflexão sobre os diferentes modos de perspectivar e concretizar as práticas do mediador em contextos específicos.

Neste sentido, a partir dos dados do estudo realizado podemos identificar distintos espaços organizacionais de intervenção, distintas áreas pedagógicas de incidência das práticas e distintos perfis formativos dos profissionais em causa que podem contribuir para a diversidade de percepções e de práticas de mediação.

Introdução

Esta comunicação tem como objectivos dar a conhecer, sistematizar e reflectir sobre os contextos socioprofissionais e os domínios de intervenção dos mediadores socioeducativos, a partir dos resultados obtidos com um inquérito por questionário a 216 mediadores. Tem sido salientado por diferentes autores (Caetano, 2005; Bonafé-Schmitt, 2009; Silva e Moreira, 2009) que o campo da mediação se reporta a uma diversidade de contextos e de domínios de intervenção, reflectindo-se igualmente numa panóplia de práticas, as quais dão conta de diferentes representações e modelos de intervenção. Isto é verdade quando nos situamos na abrangência do que denominamos do campo ou objecto da mediação, o qual inclui diferentes domínios de intervenção: desde a mediação familiar, judicial, laboral, socioeducativa. No âmbito da mediação socioeducativa podemos incluir distintos contextos de trabalho, variados tipos de mediação e de intervenção que configuram representações e perspectivas diferenciadas de mediação.

Sendo um campo de intervenção relativamente recente – com pouco mais de uma década entre nós, e aproximadamente quatro décadas noutros países, nomeadamente nos Estados Unidos e em França – apesar de alguns autores assumirem a prática de mediação não institucionalizada como uma prática milenar (Six, 2003), ele não tem sido até agora objecto de muita investigação, embora diversos autores (Caetano, 2005, 2009; Bonafé-Schmitt, 2009) chamem à atenção para a importância de serem dados passos neste investimento. Entre nós têm sido desenvolvidos alguns

estudos, fundamentalmente de natureza etnográfica e incidindo em estudos de caso¹. No estudo que realizámos, centrámo-nos no grupo específico dos mediadores socioeducativos, nomeadamente no estudo e caracterização do perfil socioprofissional, dos contextos e das práticas deste grupo. Nesta comunicação apenas nos centraremos em aspectos muito específicos da sua caracterização, como os contextos organizacionais de trabalho e os espaços sociopedagógicos da sua intervenção para, a partir dos dados empíricos, produzirmos uma reflexão que permita caracterizar e problematizar o campo e as lógicas da sua acção.

Mediação: modelos, representações e práticas

É frequente encontrarmos associado ao conceito de mediação representações e práticas diferenciadas. Algumas, abrem o conceito e alargam-no a práticas informais, coincidentes com ideologias políticas, religiosas ou com o voluntariado social. Outras, remetem a intervenções muito específicas e definidas dentro de limites muito estritos no âmbito da resolução alternativa de conflitos, dispondo de referenciais teóricos mais instrumentais e tecnicistas.

Podemos admitir que esta abrangência de representações e de práticas pode ter na origem duas ordens de razões: por um lado, a trajectória histórica da mediação, por outro lado, as demandas de uma sociedade que, num curto período de tempo, tem vindo a sofrer alterações radicais na sua organização, nas suas condições e nos seus valores.

Tomando como referência a trajectória histórica da mediação, Bonafé-Schmitt (2009) identifica quatro momentos importantes e distintos. Um primeiro momento, que situa no início dos anos setenta, e em que a mediação aparece associada a uma ‘justiça informal’, alternativa para os que tinham menos recursos económicos, que surge com maior evidência nos Estados Unidos, mas também em França. Um segundo momento, situa-se em meados da década de oitenta, com a ‘autonomização *relativa* da mediação’ e o seu alargamento a distintos contextos, como os bairros, a família e a mediação penal. A mediação assume um consenso como forma não jurisdicional de resolução de litígios, mas ainda é concebida como uma prática muito próxima da conciliação e da arbitragem, pelo que só posteriormente se vai autonomizar relativamente a estas duas práticas. Em meados dos anos noventa é mais evidente a autonomização da mediação relativamente a outras práticas alternativas de resolução de conflitos, assim como a sua institucionalização com visibilidade na criação de diversas Associações de Mediadores em diferentes países. Em Portugal, a década de noventa é claramente a que marca a apropriação progressiva da mediação em documentos legais e normativos vários². Actualmente, e desde finais da década de noventa, segundo Bonafé-Schmitt (2009), a mediação estará numa quarta

fase, a da ‘hegemonia paradoxal’, que não a reduz a mera prática alternativa de resolução de conflitos, mas coloca-a no palco da regulação social. Conforme já referimos noutro momento, “a mediação, nomeadamente a mediação socioeducativa, é assumida cada vez mais como um *slogan* mobilizador, um remédio e um referente das políticas sociais, dando conta da sua importância, ao ser reconhecida como uma actividade para assegurar a gestão das diferenças e dos diferendos e a coesão social” (Silva e Moreira, 2009: 7).

Tendo em consideração a trajetória histórica da mediação, mas também as características da sociedade actual, poderemos talvez mais facilmente compreender as práticas tão diversas que podem encontrar-se sob a denominação de mediação, diluindo-a em actividades que “já não relevam da competência da gestão de conflitos, mas sim da comunicação, da educação, da segurança, o que aumenta a confusão conceptual” (Bonafé-Schmitt, 2009: 19). Ou seja, se por um lado a mediação fez um percurso de consolidação e institucionalização progressivo, assiste-se actualmente a uma certa mudança de trajetória que, a par da proliferação de campos, a desviam do seu *ethos* inicial, de técnica específica na resolução de conflitos, predominantemente racional, para um novo modo de regulação social, onde predomina a lógica comunicacional.

É neste contexto que poderemos melhor enquadrar e compreender as diversas perspectivas e modelos de mediação que abrem o conceito para além de uma técnica específica no quadro de resolução alternativa de conflitos, conferindo-lhe, também, visibilidade enquanto processo cooperativo e mesmo preventivo no domínio da cultura de cidadania e educação para a paz.

A mediação abrange, assim, contextos mais amplos dos que a reduz(iam)em a uma dimensão preponderantemente técnica e instrumental de mobilização de estratégias específicas, com expressão no modelo de solução de problemas (Burgess e Burgess, 1997), caracterizado pela procura de sínteses reconciliadoras centradas no contrato e na intervenção a curto prazo, com etapas sequenciais bem definidas: identificação do problema, sua história e suas causas, estabelecimento de objectivos alternativos tangíveis e sua concretização e avaliação dos resultados (Caetano, 2005).

Podemos perceber outras práticas de mediação, que se inserem no que Tricoire (2002) denomina de ‘mediação de segunda ordem’, ou seja, sustentadas em modelos construtivistas, cujos objectivos vão para além da dimensão curativa ou reparadora, centrada na resolução dos problemas, para perspectivas preventivas, renovadoras e mesmo criativas (Guillaume-Hofnung, 2005) com objectivos de transformação dos indivíduos e das situações. A mediação tende a ser um fim em si mesma e não apenas um meio, ‘uma cultura de mudança social’ (Torremorell, 2008), suportada por um ‘espírito mediativo’ que supõe “a incorporação de categorias de pensamento complexo para entender o que tendemos a simplificar e que procura o

aproveitamento dos microespaços que a instituição deixa livres para introduzir práticas concretas de participação e de trabalho mediativo, independentemente da emergência do conflito” (Zabatel, 1999: 148). É neste sentido, que também Bonafé-Schmitt (2009: 24) se refere à mediação como “uma nova forma de acção, que anuncia novas formas de coordenação das relações dos actores entre si [...] numa lógica comunicacional na medida em que o papel do mediador consiste em mobilizar todas as formas processuais para favorecer a comunicação entre as partes, a sua intercompreensão”.

Pensamos que esta é o grande desafio da sociedade actual face à mediação, na medida em que os contextos sociais e organizacionais, pelo modo societário de organização que os caracteriza, revelam dificuldades na comunicação e défices de intercompreensão entre os sujeitos que, sem dúvida, colaboram para a emergência de conflitos que se não forem trabalhados e apropriados, tendem a desenvolver-se colocando em risco a convivência saudável e o desejável desenvolvimento pessoal e social.

Não podemos, contudo, sem querermos adoptar uma posição ‘purista’ ou ‘radical’ face ao que é, ou pode ser a ‘mediação’, deixar de registar que se pode correr o risco de uma ‘hegemonia sem limites’ ao querer incluir todas as práticas comunicacionais no ‘mundo da mediação’, considerando que por isso se encontram salvaguardadas e reconhecidas socialmente. Pensamos que esta tendência é perigosa, do mesmo modo que qualquer tendência hegemónica que tenda para a descaracterização do que é, pode ou deve ser a mediação, pese embora a possamos reconhecer em diferentes práticas e sob a assunção de distintos modelos.

Metodologia

O estudo a que nos reportamos foi realizado durante o ano 2008 (entre Maio e Setembro) por uma equipa de investigadoras da Universidade do Minho e da Universidade de Lisboa³. Este estudo centra-se nos contextos e perfil dos mediadores socioeducativos em Portugal, sendo de natureza extensiva, exploratória e predominantemente descritiva. Tem dois objectivos fundamentais: i) caracterizar o perfil socioprofissional deste grupo e ii) identificar contextos e práticas de mediação socioeducativa que permitam sinalizar e aprofundar os conhecimentos, as capacidades e competências relevantes a integrar e desenvolver na formação de mediadores.

Foram distribuídos 530 questionários por diversas instituições e projectos cujos responsáveis consideraram terem mediadores socioeducativos, ou seja, mediadores a desempenharem funções no domínio da mediação escolar, comunitária e/ou intercultural. Foram-nos devolvidos 225 questionários, pelo que a taxa de retorno se situa nos 42%. Contudo, os dados que apresentamos

resultam das respostas de 216 mediadores socioeducativos, tendo sido eliminados 9 questionários por apresentarem um elevado número de questões não respondidas.

Este Questionário, composto por perguntas fechadas e abertas, teve como objectivo identificar o perfil socioprofissional dos mediadores socioeducativos em cinco dimensões: i) identificação; ii) caracterização socioprofissional; iii) percurso de formação; iv) perfil profissional e v) trajectória profissional.

Dos dados recolhidos e tratados no programa SPSS, versão 16,0 para Windows, apenas iremos aqui retomar e discutir alguns deles, nomeadamente os relativos à caracterização socioprofissional e trajectória profissional dos mediadores respondentes, centrando-nos numa análise predominantemente descritiva e interpretativa dos resultados.

Os mediadores socioeducativos e os espaços sociopedagógicos da sua intervenção

Em Portugal, a mediação socioeducativa surge na década de noventa, em certa medida como consequência da integração na Comunidade Económica Europeia que permitiu o acesso a programas internacionais no âmbito dos quais eram valorizadas as práticas de mediação, mas também porque se procurou enfrentar com ‘novas dinâmicas’ de intervenção ‘velhos problemas’ do campo socioeducativo como o insucesso e o abandono escolar, a inclusão de culturas diferenciadas na escola e na sociedade, a integração de imigrantes de proveniências distintas, entre outros⁴. Estes projectos, alguns com suporte ministerial, outros com enquadramento europeu, tiveram, como todos os projectos, uma duração limitada, sendo alguns deles reeditados (como no caso dos TEIP), outros reformulados (por exemplo, o PETI/PIEF ao longo de 10 anos de vigência, 1998-2008), surgindo mesmo novos programas com enquadramento de mediadores (como é o caso do Programa Escolhas).

Os dados do estudo que apresentamos resultam da informação que obtivemos junto de diversas instituições e projectos em curso, na presente década, a nível nacional, que foram identificados pelos seus responsáveis como integrando mediadores socioeducativos. Neste sentido, a distribuição do questionário foi intencional, procurando abranger a máxima diversidade de contextos e cobrir geograficamente todo o país.

Na tabela 1, apresentamos as instituições/contextos de trabalho onde foram distribuídos questionários e o número de respondentes por contexto.

Instituições/Contextos	Nº de Sujeitos respondentes	Percentagem
ACIDI/CNAI	31	13,8
Programa Escolhas	89	39,6
PETI/PIEF	45	20
IAC	52	23,1
CONSENSUS	6	2,7
SOS Professor	1	0,4
Outro	1	0,4
Total	225	100

Tabela 1 - Nº de respondentes por Instituição/Contexto de trabalho

Salientamos como programas com maior expressão na nossa amostra o Programa Escolhas e o Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI) e dentro dele o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), e como instituições que desenvolvem projectos e/ou actividades de mediação, o Instituto de Apoio à Criança (IAC) e o Centro de Apoio ao Imigrante (CNAI) integrado no Alto Comissariado para o Diálogo Intercultural (ACDI). Também a Associação Consensus, situada no centro do país, tem uma expressiva intervenção no campo da mediação (em contexto comunitário e escolar). Tivemos ainda um respondente do Projecto SOS Professor e um que não se enquadrava em nenhum programa e/ou instituição específica.

Apesar da expressiva representatividade da amostra reconhecemos que existem outros contextos não considerados e que são significativos neste domínio de intervenção⁵.

Na tabela seguinte apresentamos sumariamente o perfil demográfico predominante dos participantes no estudo

Características	Percentagens
Género: Feminino	81,3%
Intervalo de Idades: 22-35 anos	91,1%
Estado Civil: Solteiro/a	64,6%
Zona de Residência/Trabalho: Lisboa e Vale do Tejo	48%

Tabela 2 - Perfil demográfico dos participantes no estudo

Como podemos observar, há uma predominância acentuada do género feminino e uma incidência no intervalo de idades entre os 22 e os 35 anos, solteiras/os e com prevalência da zona de residência e de trabalho em Lisboa e Vale do Tejo.

Este perfil demográfico permite-nos concluir que são sobretudo adultos jovens do sexo feminino que mais se orientam para as actividades da mediação socioeducativa apesar de alguma expressão do sexo masculino. Este facto, pode ter a ver com a ainda emergente prática socioprofissional da mediação e com a precariedade profissional que lhe está associada (recibos verdes, contratos de trabalho temporário e a termo, em função da durabilidade dos projectos que os integram e suportam) sendo, por isso, uma actividade que acolhe maior receptividade no início da trajectória profissional/inserção no mercado de trabalho.

Os mediadores respondentes intervêm em diferentes contextos sócio-organizacionais, embora o contexto escolar seja o que tem maior representatividade, à excepção do CNAI, como apresentamos na tabela 3. Este facto decorre, por um lado, das características da mediação socioeducativa e, por outro lado, dos programas e instituições que acolhem os mediadores e que legitimam a sua intervenção. No entanto, devemos salientar que tanto os mediadores do Programa Escolhas, como do IAC, intervêm noutros contextos sócio-organizacionais, nomeadamente associativos, municipais ou outros, enquanto os mediadores do CNAI evidenciam o contexto associativo como aquele em que mais incide a sua acção.

Contexto institucional/social de mediação	Contexto Escolar	Contexto Associativo	Contexto Municipal	Outro Contexto
Contexto de trabalho				
ACIDI/CNAI	0	21	1	3
Programa Escolhas	58	36	19	20
PETI/PIEF	38	3	2	1
IAC	47	7	7	4
SOS Professor	1	1	0	1
Consensus	4	3	0	1

Tabela 3 – Contextos sócio-organizacionais de intervenção dos mediadores socioeducativos

Estes dados podem ser complementados com os que apresentamos na tabela 4 e que indicam a população-alvo da intervenção dos mediadores nos diferentes contextos de trabalho, assim como o tipo de mediação privilegiado junto dessa mesma população.

Tabela 4 – Tipo de mediação e população-alvo da intervenção dos mediadores socioeducativos

Contexto de trabalho actual/ instituição	ACIDI/ CNAI	Programa Escolhas	PETI/ PIEF	IAC	SOS Professor	Consensus
Tipo de Mediação						
Mediação de Conflitos	2	61	34	42	1	6
Mediação Intercultural	16	51	14	15	0	4
Mediação Comunitária	1	74	25	35	0	4
Outro tipo de Mediação	8	19	5	12	0	1
População-alvo da intervenção	Imigrantes	Jovens e alunos em situação de abandono escolar e respectivas famílias		Comunidade Escolar	Comunidade (Escolar e bairro)	

Assim, os mediadores do CNAI, inserem as práticas da mediação predominantemente no contexto associativo e com incidência no tipo de mediação intercultural, dado que a população-alvo de excelência com quem trabalham são imigrantes. Apesar disso, alguns mediadores reconhecem que, para além da mediação intercultural, fazem também mediação de conflitos, comunitária ou outro tipo de mediação.

A população jovem e os jovens alunos são, claramente, os que mais concentram o alvo da intervenção dos mediadores socioeducativos, concretamente os que trabalham no âmbito do Programa Escolhas, do PETI/PIEF e do IAC. Este facto, estará, em grande medida, relacionado com o objectivo fundamental dos programas e das instituições, assim como a forte atenção e combate ao insucesso e abandono escolar em que as políticas socioeducativas se têm vindo a concentrar ao longo desta década, particularmente a partir de 2004/2005 e como consequência dos objectivos da Estratégia de Lisboa. É, igualmente, nesta estratégia que se inserem as reedições do Programa TEIP em 2007/2008 e 2008/2009, o qual contempla também a integração de mediadores nas escolas/agrupamentos de escolas.

Com este mandato muito específico para ‘conciliarem os jovens alunos com a escola’, os mediadores parecem ser actores essenciais nos contextos escolares. No domínio da sua intervenção recorrem, não só a diferentes tipos de mediação, como a diferentes tipos de intervenção que evidenciam, precisamente, a representação da mediação não apenas enquanto técnica específica e alternativa de resolução de conflitos, mas enquanto estratégia comunicacional de gestão social, tal como poderemos ler na tabela 5.

A sua intervenção ‘distribui-se’ por um certo *continuum* relacional e comunicacional em que o diagnóstico, a informação e a orientação são modalidades de intervenção menos expressivas, do que o acompanhamento – emocional e psicológico e na resolução de conflitos ou problemas – a

intervenção socioeducativa, familiar, social e profissional e a promoção de pontes e elos de intercompreensão entre os jovens, a escola e a família.

O tipo de mediação parece não ter uma relação directa com determinado tipo de intervenção, já que os diferentes tipos de intervenção atravessam em proporções muito próximas os diferentes tipos de mediação que são privilegiados. Podemos, contudo, perceber que a informação/orientação tem maior expressão na mediação intercultural, sendo nos outros tipos de mediação pouco evidenciada.

Tipo de mediação	Mediação de Conflitos	Mediação Intercultural	Mediação Comunitária	Outro tipo de Mediação
Tipo de intervenção				
Estabelecer a ponte entre Jovens-Escola-Família	26	12	25	6
Informação/orientação	2	12	1	3
Acompanhamento emocional, psicológico e na resolução de conflitos e problemas	23	15	20	7
Socioeducativa, familiar, profissional e social	50	30	49	22
Diagnóstico e Intervenção	9	5	5	4

Tabela 5 – Tipo de mediação *versus* tipo de intervenção dos mediadores socioeducativos

Apesar da mediação de conflitos ter bastante expressão, particularmente no contexto escolar, a mediação comunitária e intercultural são igualmente mobilizadas no âmbito da intervenção sociopedagógica dos mediadores, conforme sistematizamos na tabela 6.

Os contextos e modos de intervenção dos mediadores dão visibilidade ao que Luison e Velastro (2004) definem como mediação socioeducativa enquanto método de resolução e gestão alternativa de conflitos, meio de regulamentação social e de recomposição pacífica de relações humanas. É uma prática que ocorre em contextos educativos, tanto escolares como de educação não formal e informal, cuja acção se pode centrar em indivíduos – e no seu desenvolvimento e inserção social – ou em grupos - com uma dimensão colectiva e de coesão social.

Contexto institucional/social de mediação	Contexto Escolar	Contexto Associativo	Contexto Municipal	Outro Contexto
Tipo(s) de mediação				
Mediação de Conflitos	120	34	21	24
Mediação Intercultural	67	35	13	16
Mediação Comunitária	106	46	26	25
Outro tipo de Mediação	32	17	3	10

Tabela 6 – Contexto de mediação *versus* tipo de mediação

Estes mesmos autores salientam diferentes abordagens da mediação nesses contextos, nomeadamente cultural, comunitária e escolar, modalidades que incidem em aspectos culturais da comunicação, como é o caso da mediação (inter)cultural, na construção de modalidades alternativas de gestão das relações sociais e de socialização, concretamente na mediação escolar, na dinamização de uma cultura de participação e aquisição de instrumentos capazes de recriarem os laços sociais, na mediação comunitária, ou ainda, na prevenção e gestão dos conflitos e problemas como oportunidade de melhorar as relações sociais, no âmbito da mediação de conflitos.

Neste sentido, os mediadores farão recurso de abordagens e estratégias educacionais que, mesmo quando situadas em contextos escolares, procuram desenvolver dinâmicas comunicacionais de compreensão e intercompreensão, de pontes e (re)conciliações que as pedagogias estritamente escolares parecem não conseguir ou, simplesmente, não definir como prioritário da sua acção.

Esta diversidade de intervenções é assumida pelos diferentes mediadores, independentemente das funções que desempenham – de coordenadores da equipa, mediadores especializados ou outras – como se pode ver na tabela 7.

Função que desempenha			
Tipo de intervenção	Coordenação	Mediador/a especializado/a	Outra
Estabelece a ponte entre Jovens-Escola-Família	11	6	17
Informação/orientação	3	11	1
Mediação de conflitos	2	5	6
Acompanhamento emocional, psicológico e resolução de conflitos e problemas	6	11	14
Socioeducativa, familiar, profissional e social	19	23	25
Animação Sócio-cultural	2	4	7
Diagnóstico e Intervenção	2	3	5

Tabela 7 – Função que desempenha versus tipo de intervenção

É igualmente relevante salientar que, independentemente dos contextos em que ocorre a mediação, a modalidade de intervenção em equipa é aquela que mais é mobilizada pelos mediadores, nalguns casos individualmente e em equipa e, em menor percentagem, apenas individualmente, conforme os dados da tabela 8.

Contexto institucional/social de mediação	Contexto Escolar	Contexto Associativo	Contexto Municipal	Outro Contexto
Modalidade de intervenção				
Individualmente	23	12	3	6
Em equipa	86	45	19	17
Ambos	38	13	7	8

Tabela 8 – Contexto *versus* modalidade de intervenção

O facto de os mediadores socioeducativos intervirem fundamentalmente em equipa, nalguns casos também individualmente, parece evidenciar a mobilização de distintos recursos humanos, com frequência distintos profissionais e instituições diversas, já que a intervenção em equipa multidisciplinar e em rede é igualmente identificada com uma razoável incidência.

Esta característica, é mais um indicador de que a sua intervenção parece mobilizar outros recursos para além da simples técnica de resolução alternativa de conflitos preferencialmente mobilizada por mediadores especializados individualmente.

Algumas conclusões

Os dados resultantes do estudo que apresentamos evidenciam que os mediadores socioeducativos intervêm em distintos contextos sócio-organizacionais e neles mobilizam diferentes tipos de mediação – de conflitos, comunitária e intercultural com maior incidência.

O tipo de mediação não parece ter impacto no tipo de intervenção que é mobilizada, sendo que em qualquer tipo de mediação são mais valorizadas as modalidades de acompanhamento (emocional, psicológico, e resolução de conflitos/problemas), intervenção (socioeducativa, familiar e socioprofissional) e (re)estabelecimento de laços e pontes de comunicação entre diferentes actores da comunidade educativa (jovens-alunos, encarregados de educação e professores).

As estratégias que mobilizam dão conta de perspectivas diferenciadas de mediação, revelando uma particular capacidade de intervenção no que Zabatel (1999: 148) considera ser de “aproveitamento dos microespaços que a instituição deixa livres para introduzir práticas concretas de participação e de trabalho mediativo, independentemente da emergência do conflito”.

Em Portugal, os mediadores socioeducativos têm sido chamados a intervir especialmente nos contextos escolares – dos diferentes níveis de ensino, que agora se estende para a Educação e

Formação de Adultos, através da figura do mediador pessoal e social – onde são considerados actores importantes na prevenção do insucesso e do abandono escolar e na (re)conciliação dos jovens e adultos com a escola e/ou com as formas escolares de formação-aprendizagem. Os mediadores socioeducativos parecem ser figuras profissionais que, não esgotando a sua intervenção nos espaços escolares neles se constituem como actores que investem no (re)estabelecimento de laços e de significados, num espaço social que se tem vindo a tornar particularmente sensível e afectado por situações sociais problemáticas, que se adensam, tornando-se em ‘missões impossíveis’ (Correia e Matos, 2001) para as figuras que tradicionalmente ocupa(va)m estes espaços, nomeadamente os professores.

Se, por um lado, é verdade que o espaço escolar se tem vindo a fragilizar e, como reconhecem Correia e Matos (2001), a favorecer a instabilização das figuras que o habitam, nomeadamente os alunos, os pais, os professores e mesmo a noção de currículo escolar, por outro lado, os mesmos autores salientam a (in)disciplina como um problema importante que não pode deixar de ser pensado e (re)situado numa dimensão distinta da estritamente psicológica ou moral. É também neste domínio que os mediadores poderão revelar-se actores mobilizadores de intervenções que catapultem a (re)descoberta de uma cultura da responsabilidade e cidadania em lugar da cultura disciplinadora e sancionatória que, com frequência, apenas desloca e adia a resolução dos problemas de comunicação e responsabilidade onde a indisciplina tem muitas vezes a sua origem.

É neste contexto, que os mediadores socioeducativos denunciam o recurso a diferentes tipos de intervenção que favoreçam a edificação de espaços sociopedagógicos onde a comunicação, a interacção e a intercompreensão entre os actores sejam potenciadores da sua socialização e desenvolvimento.

Notas:

- (1) Dos estudos realizados em Portugal, salientamos o trabalho de Oliveira e Galego com a colaboração de Godinho (2005), intitulado ‘*A mediação sócio-cultural: um puzzle em construção*’, e que constitui uma referência na produção de conhecimento neste campo específico da mediação. Este trabalho permite-nos, igualmente, fazer algumas pontes e estabelecer algumas continuidades com os resultados da nossa investigação, embora se tratem de estudos de natureza diferente: o primeiro incidindo em estudos de caso e de natureza predominantemente qualitativa e o nosso incidindo num estudo em extensão com um pendor predominantemente quantitativo; por outro lado, a nossa amostra embora inclua a mediação sociocultural, não se esgota neste contexto de intervenção.
- (2) Referimos aqui alguns desses documentos normativos que permitiram o enquadramento da figura do mediador e da mediação socioeducativa enquanto prática formal regulamentada. O primeiro documento em Portugal com referência à figura do mediador é o Despacho nº 147/96 de 8 de Julho, Despacho que define os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária e que prevê no âmbito do desenvolvimento dos respectivos projectos o recurso a animadores/mediadores. No mesmo ano, o Despacho Conjunto nº 132/96 de 27 de Julho aprova

o programa de tempos livres para jovens e crianças do ensino básico e secundário e da educação pré-escolar, prevendo que estas actividades sejam desenvolvidas por mediadores – desempregados inscritos nos Centros de Emprego. Em 1998 é publicado um diploma que reconhece a figura do mediador e o desempenho das funções de mediador cultural para a educação: é o Despacho Conjunto nº 304/98, de 24 de Abril. Em 1999 o Despacho Conjunto nº 942/99, de 3 de Novembro vem regular a situação dos mediadores e animadores culturais. Finalmente, em 2000, o Despacho Conjunto nº 1165/2000 da Presidência da República do Conselho de Ministros, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e do Ministério da Educação cria um grupo de trabalho para avaliar o papel dos mediadores nas escolas e proceder ao levantamento de necessidades de mediadores nas mesmas. A Lei nº 105/2001 define o estatuto legal do mediador sociocultural. Em 2007, a Portaria n.º 817/2007 de 27 de Julho regulamenta as funções do mediador pessoal e social, no âmbito dos Cursos de Educação e Formação de Jovens e Adultos.

- (3) Grupo de investigação constituído por Ana Maria Costa e Silva, Maria Alfredo Moreira e Teresa Freire do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho; Ana Paula Caetano e Isabel Freire da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- (4) Salientamos, a este propósito, a vigência de vários projectos em Portugal, alguns deles apoiados pelo Fundo Social Europeu durante a década de noventa, nomeadamente: *Projecto Europeu YouthStart* (1995-2000) com o objectivo da reinserção de jovens em abandono escolar, de meios desfavorecidos e com forte incidência de minorias étnicas; *Projecto de Educação Intercultural* (1993-1997), da responsabilidade do Secretariado Entreculturas, criado em 1991 pelo então Ministro da Educação, Eng.º Roberto Carneiro; *Projecto Nómada*, apoiado pelo Instituto das Comunidades Educativas, organização não-governamental; *Territórios Educativos de Intervenção Prioritária* (TEIP-I), cuja regulamentação no Despacho n.º 147/96, de 8 de Julho, previa o recurso a animadores/mediadores no desenvolvimento dos projectos das escolas abrangidas; em 2007 (re)surge este Programa com a designação de TEIP II, regulamentado no Decreto-Lei 35/2007 de 15 de Fevereiro, abrangendo 35 Agrupamentos de Escolas da DREL e da DREN, lançado através do Despacho Normativo nº 55/2008, de 23 de Outubro a todo o território nacional, visando promover o sucesso educativo dos alunos em contextos socioeducativos particulares; o *Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)*, no final da década de noventa, programa conjunto do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e do Ministério da Educação, cujo principal objectivo era a reinserção escolar de jovens que abandonaram prematuramente a escola e a formação. Este último projecto esteve em vigor até 2008.
- (5) Não integram esta amostra os mediadores que se encontravam a trabalhar em escolas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) e que sabemos que a nível nacional existiam 21 mediadores neste âmbito nos 35 Agrupamentos de Escolas abrangidos, nem os mediadores pessoais e sociais que trabalham no âmbito da Educação e Formação de Adultos (habitualmente denominados como Mediadores EFA). Não tendo sido contemplados na fase do estudo a que nos reportamos, consideramos ser essencial inclui-los numa fase posterior do estudo pelo número e representatividade que significam em contextos específicos no domínio da mediação socioeducativa.

Referências bibliográficas:

BONAFÉ-SCHMITT, J.-P. (2009). Mediação, conciliação, arbitragem: técnicas ou um novo modelo de regulação social. In A. M. Silva & M. A. Moreira (orgs.), *Formação e*

Mediação Sócio-educativa. Perspectivas teóricas e práticas. Porto: Areal Editores, p15-40.

- BURGESS, H. & BURGESS, G. M. (1997). *Encyclopedia of Conflict Resolution.* Santa Bárbara: CA: ABC-CLIO.
- CAETANO, A. P. (2005). Mediação em educação: da conceptualização e problematização de alguns lugares comuns à modelização de casos específicos, *Revista de Estudos Curriculares*, Ano 3, Número 1, p 41-63.
- CAETANO, A. P. (2009). Mediação e práticas de formação: uma experiência de formação pela investigação na licenciatura em Ciências da Educação. In A. M. Silva & M. A. Moreira (orgs.), *Formação e Mediação Sócio-educativa. Perspectivas teóricas e práticas.* Porto: Areal Editores, p 101-108.
- CORREIA, J. A. & MATOS, M. (2001). Da crise da escola ao escolocentrismo. In S. Stoer, L. Cortesão & J.A. Correia (orgs.), *Transnacionalização da educação. Da crise da educação “educação da crise”.* Porto: Edições Afrontamento, p 91-117.
- GUILLAUME-HOFENUNG, M. (2005). *La Médiation.* Paris : PUF.
- LUISON, L. & VELASTRO, O. M. (2004). Du processus aux pratiques de médiation. *Esprit Critique*, Vol 6, nº 3, consultado em <http://espritcritique.org>.
- OLIVEIRA, A. M. & GALEGO, C. (2005). *Mediação sócio-cultural: um puzzle em construção.* Lisboa: ACIME, Observatório da Imigração.
- SILVA, A. M. & MOREIRA, M. A. (2009). Falar e escrever de formação e mediação no contexto actual. In A. M. Silva & M. A. Moreira (orgs.), *Formação e Mediação Sócio-educativa. Perspectivas teóricas e práticas.* Porto: Areal Editores, p 6-13.
- SIX, J.-F. (2003). *Les médiateurs.* Paris: Le Cavalier Bleu
- TORREMORELL, M. C. B. (2008). *Cultura de Mediação e Mudança Social.* Porto: Porto Editora.
- TRICOIRE, B. (2002). *La médiation sociale: le génie du ‘tiers’.* Paris : L’Harmattan.
- ZABATEL, E. C. (1999). Mediación: cambio social o más de lo mismo? In F. Brandoni (ed.), *Mediación escolar. Propuestas, reflexiones y experiencias.* Buenos Aires: Paidós.